

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Bem, assumo aqui honrosamente a Presidência dos nossos trabalhos, reiterando os agradecimentos que fiz na tribuna, e siga a leitura da lista de oradores inscritos, chamando o deputado Dr. Raul. (Pausa.)

E na sequência o deputado Carlos Giannazi, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia; eu tenho exaustivamente defendido não só na tribuna, mas em vários locais, em vários fóruns o pagamento imediato da data-base salarial dos servidores pelo governo estadual.

Eu me refiro aqui a uma lei que foi aprovada no plenário da Assembleia Legislativa, que é a Lei 12.391, de 2006. Essa lei instituiu a data-base salarial de todos os servidores do estado de São Paulo, que é o dia 1º de março.

Tem que ter no mínimo a reposição das perdas inflacionárias, como determina o Art. 37 da Constituição Federal, que obriga todos os entes federativos, municípios, estados e a própria União a fazer esse reajuste anualmente.

E São Paulo tem a sua data-base salarial, que é o dia 1º de março, que foi uma data instituída por uma lei aprovada aqui na Assembleia Legislativa. No entanto, o governador Tarcísio não deu ainda o reajuste, nem sinalizou, nem debateu.

Ele reproduz as velhas práticas tenebrosas do PSDB, que fez o mesmo durante todo esse período, esse longo período de trevas que o PSDB governou o estado de São Paulo. Então o atual governador Tarcísio de Freitas está reproduzindo as velhas práticas tucanas, do tucanismo contra os servidores públicos.

E também, o governo ainda não editou nem o decreto para pagar o piso nacional do Magistério, que é uma lei federal, a Lei nº 11.738, que tem que ser cumprida pelo estado de São Paulo. Mas tem que ser cumprida corretamente, não através de abono complementar.

Nós defendemos que o piso nacional tem que ser pago com repercussão em toda a carreira, incidindo sobre ele a evolução funcional, os quinquênis, a sexta parte, enfim, toda a evolução.

Por isso que nós defendemos que tem que ter impacto em toda a carreira. E esse reajuste tem que ser dado a todos e todas, inclusive para os aposentados e pensionistas, como determina a própria legislação em ambos os casos, tanto em relação à data-base, como também em relação ao piso nacional salarial.

Mas nada foi feito até agora. Nem a data-base foi respeitada para os nossos servidores em geral, nem a lei do piso nacional salarial, que não está sendo cumprida no Estado mais rico da Federação, que tem o maior orçamento da Educação, quase 50 bilhões de reais. Então isso é muito grave.

Nós estamos exigindo que o governador cumpra a legislação, que ele não afronte a lei, pague a data-base salarial dos servidores, que estão com os salários archoados e defasados. E também o piso nacional salarial, de uma forma adequada.

Mas o governador, ao mesmo tempo que exclui os servidores do reajuste da data-base e do piso nacional salarial, ele comete mais um escândalo, dando reajuste salarial para os diretores das estatais.

Tem uma matéria aqui – eu queria mostrar – do site Metrô-poles. “Tarcísio aumenta em 11 mil reais o salário dos diretores de estatais.” O governador Tarcísio de Freitas deu aumento de 50% para os diretores das empresas estatais de São Paulo, que agora passaram a receber 32 mil e 900 reais.

Então, para os diretores das estatais, que são os cargos de confiança do governo, tudo: 50% de reajuste. Então o governo é ágil, é rápido, para reajustar os salários dos cargos políticos, dos cargos em comissão. Ai, rapidamente, ele já deu o reajuste. Olha que rapidez! Para os seus secretários também, ele já deu aumento. O próprio salário dele já foi aumentado.

Agora, os trabalhadores em geral, a maioria dos servidores, ficou de fora do reajuste. Nem a data-base salarial, muito menos o piso nacional salarial que, repito, tem que ser cumprido corretamente. Então nós já estamos tomando as providências em relação a esse não pagamento. Nós vamos judicializar. Porque esse é um governo fora da lei.

Um governo que não cumpre uma lei estadual, que não cumpre o Art. 37 da Constituição Federal, que obriga, repito, todos os entes federativos, todos eles, Estados, Municípios e União, a fazer, no mínimo, a reposição salarial, no mínimo isso, a reposição das perdas inflacionárias. É um governo fora da lei. É um governo que não respeita a legislação.

E um governo que não respeita o piso nacional salarial é um péssimo exemplo para os municípios. Ele anunciou, recentemente, o vice-governador, em nome do governador, disse que iria pagar o piso. Me parece que ia ter um decreto dando um abono complementar, que está errado. Não pode. Tem que ser o salário cheio. Nada de abono complementar, governador Tarcísio.

Tem que ser através do salário-base, do salário cheio, como determina a Lei nº 11.738. Então nós vamos tomar providências, porque o governo está fora da lei, mas foi ágil em dar aumento para os diretores das estatais do estado de São Paulo. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado.

Seguindo com a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Major Mecca. Com isso eu encerro a lista principal de oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Imediatamente, abro a Lista Suplementar chamando à tribuna o nobre deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputada Daniela Braga. (Pausa.) E deputado Douglas Garcia. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos. Deputado Douglas foi um dos parlamentares que mais cresceram ao longo desses quatro anos; sou testemunha desse crescimento.

Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, Sra. Presidente. Quero começar agradecendo à deputada Janaina Paschoal, que contribuiu muito para o meu crescimento aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Eu nunca cheguei a agradecer a V. Exa. pela sua atuação durante o trabalho que foi feito no impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Porque eu acredito que, se V. Exa. não tivesse tido essa importância nacional que V. Exa. teve, de retirada da então presidente do poder - e o seu conhecimento e essa retribuição que o povo do estado de São Paulo lhe deu, com mais de dois milhões de votos -, eu não teria conseguido chegar a esta Assembleia Legislativa também.

Porque foi através do sistema partidário - e eu também sou um crítico desse sistema - que eu consegui chegar à Assembleia Legislativa, pela quantidade de votos extraordinária que V. Exa. teve.

Eu fico muito feliz de ter podido ajudá-la muitas vezes aqui na Assembleia, com a aprovação de projetos, como o PL Bruno Graf, e outros projetos. Graças ao bom Deus, V. Exa. e eu possuímos linhas bastante parecidas de pensamento, apesar de divergirmos bastante em outras coisas.

Então, eu quero muito agradecer a V. Exa. por essa oportunidade. A senhora também é uma das responsáveis por essa mudança radical na vida do deputado Douglas Garcia.

E já aproveitando que eu estou falando sobre isso, senhores, eu quero aqui agradecer a toda a população do estado de São Paulo, aos 74.351 eleitores que me deram esta cadeira aqui no ano de 2018.

Quem diria: um garoto lá da favela do Buraco do Sapo, que não tinha dinheiro para absolutamente nada, pegava ônibus,

passava por baixo da catraca, pedia carona. “Como é que esse moleque que trabalha como estocista de loja de calçado vai pensar em conseguir se candidatar e ser eleito deputado estadual? Ele é louco, ele é doente. Jamais ele vai conseguir uma coisa dessas”.

E a minha campanha de 2018 foi bastante sofrida, batendo, brigando... Batendo - logicamente que politicamente falando, né. Hoje a gente tem que ser bastante detalhista no que fala, para não acabar levando a entender que estamos falando no sentido literal.

Batendo nas pautas que eu sempre defendi, brigando por aquilo em que eu sempre acreditei. E esse rapaz da zona sul da cidade de São Paulo foi eleito com 74 mil votos e entregue a esta cadeira no Legislativo Paulista, a maior Assembleia Legislativa da América Latina.

E eu só tenho a agradecer a todos vocês por essa oportunidade. A oportunidade de representá-los, de brigar contra a ideologia de gênero, contra o aborto, por mais liberdade, liberdade de mercado, liberdade de empreender, liberdade de expressão, liberdade de poder se posicionar, liberdade de poder educar os seus filhos da melhor maneira que lhe convier, liberdade de lutar contra a doutrinação ideológica, liberdade para poder se defender contra as amarras do Estado.

Enfim, a liberdade foi a palavra que mais se fez presente durante todo o meu mandato aqui na Assembleia Legislativa.

Então, eu só tenho a agradecer a essa população maravilhosa que deu essa oportunidade a mim. Fui eleito também, fazendo história aqui nesta Casa, o deputado mais novo da 19ª Legislatura.

E, aos 24 anos eleito deputado estadual, entrego hoje o mandato não com quase 30, deputada Janaina Paschoal, mas acredito que um pouco mais. Porque de fato existe um amadurecimento muito grande quando se torna parlamentar e passa por essa experiência de possuir um mandato legislativo numa Casa como esta, conhecendo pessoas que têm pensamentos tão divergentes, conhecendo pessoas de todas as várias formas de pensamento.

Você passa a ter um nível de maturidade diferente daquele com que você entrou. Então, eu saio desta Casa feliz, contente e com a sensação de dever cumprido. Foi uma honra para mim representar a toda a população paulista.

E é claro, esse meu discurso foi completamente direcionado à minha base: muito obrigado a todos vocês que me deram essa possibilidade. A toda a minha assessoria, que trabalha comigo, e ao Movimento Conservador, que me entregou esta cadeira aqui na Assembleia Legislativa, meu muito obrigado.

E gostaria que neste último minuto que me falta, é claro...

Porque, afinal de contas, assim como tem muita gente feliz, tem muita gente triste pelo fato de eu não ter sido eleito deputado federal.

Porém, contudo, entretanto, senhores, antes de me tornar deputado estadual, eu já trabalhava muito nas pautas que eu sempre defendi. Eu já trabalhava muito dentro das câmaras municipais, dentro desta própria Assembleia Legislativa, audiências públicas, manifestações.

Eu sempre fui um ativista, eu sempre fui um militante. Para quem me achava chato enquanto deputado; enquanto militante, senhores, lamento informar, mas eu sou insuportável.

Então está chegando a hora de eu voltar, e vou voltar com muita satisfação, com muita felicidade a trabalhar nas pautas em que eu sempre trabalhei, só que desta vez sem um mandato legislativo, continuando na batalha em defesa da liberdade, que sempre vai estar comigo.

Então quero agradecer profundamente por essa experiência impar que foi ser deputado estadual da 19ª Legislatura representando esses 74 mil paulistas. Não sei o que vai ser daqui para frente. “Ah, deputado, você vai para onde?”. Não faço ideia, só sei que eu vou continuar lutando por aquilo em que eu acredito. Eu acho que a defesa disso foi o que me trouxe aqui e vai me levar para muitos outros lugares na minha vida.

Então eu quero agradecer aqui imensamente a cada um dos deputados que colaboraram para esse meu amadurecimento político, seja de esquerda, seja de direita, e a cada uma das pessoas que se fizeram presentes durante o meu mandato aqui nesta Assembleia Legislativa.

Eu saio daqui não com 29 anos, mas mentalmente muito mais amadurecido do que uma pessoa dessa idade, porque eu tenho certeza de que, com essa experiência, eu vou conseguir trabalhar melhor, eu vou conseguir trabalhar de maneira mais eficiente por todas as pautas pelas quais eu lutei durante toda a minha vida. Vou continuar lutando, com a experiência de um dia ter podido representar a população paulista na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Então, para encerrar, Sra. Presidente, eu gostaria de dizer aqui a todos os deputados: os senhores sempre terão um lugar no coração do deputado Douglas Garcia, porque eu não guardo rancor de absolutamente ninguém.

Tenho muito trânsito com muitos deputados aqui da Assembleia Legislativa. Saio daqui desta Casa com a experiência de ter podido me relacionar com todos eles e com uma história diferente a ser contada com todos eles, está ok?

Então meu muito obrigado a todos.

Combati o bom combate, acabei a carreira e guardei a fé.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Que bom. Desejo toda a sorte do mundo a V. Exa. e também aos demais colegas que já estão preparando suas mudanças. Estamos em uma semana de mudança, literalmente. Muitos colegas deixam a Casa, então ficam aqui os votos de sucesso para cada qual nos próximos passos, nas próximas lutas.

Àqueles colegas que foram reeleitos, desejamos também muita força para enfrentar, para construir, para nos representar daqui em diante. Em especial aos colegas que foram eleitos e chegam a esta Casa, chegarão na próxima semana, todo desejo de sucesso, de tranquilidade, de serenidade para que possam desenvolver um bom trabalho para todos nós. Agora seremos representados por esses deputados.

Para as pessoas que nos acompanham compreenderem, quem foi eleito em 2018 tomou posse dia 15 de março de 2019 e vai ficar aqui no mandato até terça-feira que vem, 14 de março de 2023. Dia 15 de março de 2023, os deputados eleitos em 2022 tomam posse. Alguns já são deputados e seguem aqui nesta Casa, outros chegam.

Todos tomarão posse no dia 15, quando haverá, na sequência da posse, a eleição da nova Mesa. Então é uma sessão muito importante. É desejável que a população de São Paulo acompanhe essa sessão, para que todos possam nos compreender.

Seguindo aqui com a lista dos oradores inscritos de forma suplementar, eu chamo novamente à tribuna o deputado Carlos Giannazi, pelo prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, de volta à tribuna hoje, quero dizer que nós estamos em uma luta imensa para que a Secretaria da Educação, a Seduc, resolva em regime de urgência, de extrema urgência, a questão das APDs, que são as atividades pedagógicas diversificadas que foram impostas pela farsa da aprovação da nova carreira pela Lei 1.374, que está matando o Magistério estadual, está destruindo, criando um dos maiores terrorismo em cima do Magistério, das nossas professoras e professores.

Nós já denunciámos exaustivamente aqui pela tribuna. A secretaria, até agora, não tomou providências para resolver essa situação; soltou um comunicado, na semana passada, que não resolveu a situação.

Os professores continuam sendo massacrados pelas APDs, que deveriam ser feitas em local de livre escolha. É isso que o Magistério está pedindo, está exigindo para a Seduc, para o secretário da Educação.

Não dá mais, secretário, para continuar nessa situação. Vossa Excelência pode baixar um documento – seja uma portaria resolvendo essa situação, pelo menos provisoriamente – pode encaminhar um projeto para a Assembleia Legislativa para que nós possamos corrigir essa e outras maldades que foram aprovadas na farsa da nova carreira mas, até agora, o secretário não fez absolutamente nada em relação a esse tema e aos outros.

Nós temos milhares de professores que não tiveram o pagamento efetuado ainda. Os professores categoria O dos contratos de 2018/2019 estão sem pagamento, olhe que absurdo, até hoje. Estamos no dia 10 de março e esses professores não receberam o pagamento lá, ainda, do final do ano passado. É um absurdo.

A questão da atribuição de aulas, que não foi resolvida também. A questão da falta-aula, que praticamente não existe mais; agora é a falta-dia, então, o professor hoje que tem cinco aulas, se ele faltar à última aula, ele não recebe as outras que ele lecionou durante o dia ou, se ele falta à primeira aula, não adianta ele ir para a escola, porque as outras quatro aulas, mesmo que ele trabalhe nessas aulas, ele não receberá.

É isso que foi aprovado aqui, por isso que nós alertamos a Assembleia Legislativa contra aquele famigerado PLC nº 03, no ano passado. Repito: é a farsa da nova carreira.

Mas a questão das APDs é a questão mais grave hoje, que não foi solucionada ainda, apesar de todas as nossas manifestações, de as entidades representativas e de o Magistério já terem pressionado a Seduc, mas nada foi feito até agora.

O que mais me chama a atenção é que o secretário, em vez de resolver essas questões que eu coloquei, que estão destruindo, secretário, o Magistério estadual e, consequentemente, destruindo a Educação do estado de São Paulo, o secretário está pedindo licença. Saiu agora no “Diário Oficial”, quero mostrar aqui.

O secretário vai sair, vai passar, gente, em San Diego. Ali: “Autorizando o afastamento de Renato Feder”, sem vencimentos. Ele vai participar de um evento lá em San Diego, na Califórnia, nos Estados Unidos, um evento sobre tecnologia.

Lembrando que ele é o dono da Multilaser, é um empresário bem-sucedido da Multilaser, que fornece equipamentos de tecnologia para vários governos. Inclusive, forneceu para o Governo do Estado, tem contratos milionários com o governo estadual.

Renato Feder, empresário dono da Multilaser, que, inclusive, também tem uma empresa offshore em Orlando, como já foi denunciado aqui. Agora, ele foi para San Diego em um evento de educação e tecnologia.

Engração, com tanta coisa para fazer aqui, ele mal assumiu e já vai participar de um evento ligado à área dele, tecnologia, do ramo empresarial do qual ele participa. É muito estranho isso, né?

A rede estadual, aqui, abandonada; as APDs acabando, matando as professoras e professores da rede estadual; o Quadro de Apoio Escolar abandonado e golpeado, como sempre.

Essa é a situação da rede e lá está o governador. Só quero mostrar o vídeo, presidente, só para finalizar aqui a minha fala, desse evento. Olhe onde está, aonde vai o nosso secretário da Educação, o dono da Multilaser.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Acho que já dá para a gente ter uma ideia da gravidade da situação. A nossa rede de ensino sucateada, degradada, com escolas de lata, com falta de internet. A secretaria cortou agora, inclusive, as redes sociais das nossas escolas, impedindo, prejudicando o trabalho pedagógico de milhares de professores.

E o secretário sai daqui, pede uma licença, secretário que mal assumiu a secretaria, dono da Multilaser, empresa de tecnologia, pede licença e vai para um evento, minha gente. E ele pede sem vencimentos. Estranho isso, me parece que não é a serviço da Secretaria da Educação, senão seria com vencimentos, ele estaria a trabalho.

Não estou afirmando nada, mas me parece que ele tem muito mais interesse empresarial nessa visita na participação desse evento do que propriamente interesse para a rede estadual de ensino.

Então, secretário, resolva a questão das APDs, tem que flexibilizar. O professor tem que fazer em local de livre escolha, porque isso está matando, repito, o magistério estadual.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos.

Eu acho que eu li ali, deputado, sem prejuízo dos vencimentos. Então recebe. Quando tem “com prejuízo” a pessoa não recebe, “sem prejuízo” recebe. Eu acho que ele está a serviço, pelo menos lendo ali o Diário eu interpretei assim, com todo respeito, óbvio.

Vossa Excelência vai fazer uso da tribuna novamente? Então tem a palavra pelo prazo de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Quero agradecer V. Exa. por me corrigir, mas aí fica pior ainda, ele vai com vencimentos.

Em um momento em que a rede precisa de um secretário aqui, visitando as escolas da periferia, indo no Grajaú, nas escolas de lata, indo nas escolas superlotadas de Guaianases e de várias outras cidades do Interior Paulista, da Baixada Santista, da Grande São Paulo, de Guarulhos, de Osasco, é lá que o secretário tem que estar para resolver as questões gravíssimas, e não em um evento em San Diego.

É pior ainda, V. Exa. me chamou a atenção. Ele vai ainda sem nenhum prejuízo dos seus vencimentos. É estranho. O problema da rede estadual não é a tecnologia, todo mundo sabe disso, embora eles tentem inculcar isso na cabeça da população do estado de São Paulo. A tecnologia não vai resolver a questão, tanto que eles estão cortando a tecnologia. Não tem internet nas nossas escolas e eles cortaram o acesso às redes sociais.

Mas quero fazer meu último pronunciamento no dia de hoje, Sra. Presidente, em relação a um fato gravíssimo que está acontecendo em Pirassununga. Estou acompanhando lá, infelizmente, a instalação de uma pequena central hidrelétrica no Rio Mojiaguaçu, rio importante do estado de São Paulo.

É incrivelmente, de uma forma inexplicável, a Cetesb autorizou, os órgãos ambientais do estado de São Paulo autorizaram a instalação dessa polêmica hidrelétrica, pequena hidrelétrica, nesse Rio Mojiaguaçu, exatamente na Cachoeira de Emas, que é um ponto turístico da cidade de Pirassununga.

Tenho aqui imagens desse evento, desse espaço, desse lugar que a população utiliza. É um espaço importante para Pirassununga e para o estado de São Paulo.

É o lugar onde tem a Piracema, um berçário de peixes. A construção dessa pequena central hidrelétrica vai prejudicar imensamente todo o meio ambiente, tanto é que a população está se mobilizando contra.

Os ambientalistas, todas as entidades estão se colocando contra a instalação dessa hidrelétrica na região. Nós temos aqui uma luta para que elas não sejam instaladas, por exemplo, no Rio Pardo. O deputado Ricardo Madalena teve um projeto que aprovamos, mas infelizmente foi vetado pelo governo estadual.

Agora eles querem também implantar no Rio Mojiaguaçu. Somos totalmente contra e vamos acionar o Ministério Público estadual. Nós queremos que haja uma revisão dessa gravíssima decisão, inclusive com autorização dos órgãos ambientais do estado de São Paulo.

É grave, é uma decisão questionável, mas tem mobilização, tem luta na região. Os ambientalistas são contra, os biólogos, os especialistas da área. Então, temos que deter a instalação dessa cachoeira.

Agora recebi informações de que ela já começou a ser instalada porque, para a instalação dessa hidrelétrica, que eles chamam de “pequena central hidrelétrica”, haverá um desmatamento de cinco mil árvores no entorno da Cachoeira de Emas. Vai ser uma agressão ambiental sem precedentes e o resultado, do ponto de vista da geração de energia, é pequeno. Quem ganha com isso é a empresa que vai instalar.

É um absurdo que a prefeitura de Pirassununga tenha autorizado, que a Câmara Municipal tenha aprovado um projeto como esse, um projeto contra a cidade, que vai comprometer a cidade não só do ponto de vista ambiental, mas do ponto de vista turístico também. É por isso que a população já começou um processo de mobilização.

Então, queremos aqui nos associar a esse movimento e dizer que tomaremos também as providências cabíveis. Vamos pedir a convocação dos representantes da Cetesb, da Secretaria do Meio Ambiente, para que eles venham debor e explicar por que autorizaram a instalação dessa pequena hidrelétrica na Cachoeira de Emas, no Rio Mojiaguaçu.

Era isso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - É regimental, Sr. Deputado.

Com relação ainda ao evento de San Diego, eu queria só fazer um comentário. Eu tenho um pensamento bastante conservador na área da Educação e realmente acredito muito que o importante para a Educação é um professor bem preparado em sala de aula.

Então, nesse ponto acho que estamos em convergência. Às vezes a gente vai a uma escola e tem muitos equipamentos, até muita tecnologia, mas o conteúdo fica a desejar.

Mas, assistindo ao vídeo que V. Exa. passou, eu tive a sensação, tirando essa questão, que é um evento de Educação, tanto é que várias vezes no próprio vídeo fala-se em “acelerar a Educação, tecnologia para Educação”.

Então, queria fazer esse registro, respeitosamente. Como V. Exa. disse que ele foi por uma questão particular e inclusive não recebe, mas no “Diário” mostrava que ele recebe e o evento é de Educação, só queria fazer esse registro, muito embora também tenha essa leitura de que nada é mais importante do que o professor em sala de aula. Então, respeitosamente só.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Só para uma comunicação, deputada? Antes do encerramento?

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Pois não, deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Concordo com Vossa Excelência. Vossa Excelência tem razão, eu até fiz a correção quando V. Exa. me chamou atenção para a questão de ser ou não com vencimentos. Essa não é a questão. E eu falei que o evento era ligado à Educação, à tecnologia com Educação, como o vídeo mostra.

Mas, olha, estamos fartos de tecnologia. O problema da Educação, como V. Exa. confirmou, não é tecnologia mais. Precisamos de professores, de profissionais da Educação valorizados.

Eu disse no meu pronunciamento anterior, por exemplo, que o piso nacional salarial não está sendo pago no estado de São Paulo. A data-base dos servidores não está sendo cumprida. Então, temos questões mais graves, como a questão das APDs, que devem ser feitas em local de livre escolha dos professores. Então, todas essas questões são mais urgentes.

Agora, o secretário sair daqui, dono da Multilaser, para participar de um congresso desses? Nós estamos fartos de tecnologia. O problema não é tecnologia. Para a rede estadual, ele não garante nem internet em todas as escolas e agora baixou a censura e a mordaza impedindo que os professores possam acessar as redes sociais para fazer o trabalho pedagógico. Então era isso que eu queria deixar muito claro em relação à minha intervenção.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos. Indago ao colega deputado Olim, que está no plenário, se vai fazer uso da palavra. Não. Tendo sido solicitado o levantamento, que é regimental, esta Presidência, cumprindo determinação constitucional, adita à Ordem do Dia os seguintes projetos de lei vetados: PL 998/19, PL 1.177/19, PL 1.204/19, PL 85/20, PL 225/20, PL 366/20, PL 412/20, PL 511/20, PL 665/20, PL 104/21 e 186/21.

Convocamos, ainda, V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Desejamos um excelente final de semana a todos. Até segunda-feira se Deus assim permitir.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levante-se a sessão às 14 horas e 46 minutos.

* * *

Atos Administrativos

ATO DA MESA Nº 16/2023, DE 13/03/2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso II do artigo 14 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa – Resolução n. 576, de 26 de junho de 1970, considerando as Teses Firmadas pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça nos Temas Repetitivos n. 531 e 1.009 e em vista da Decisão proferida pelo Exmo. Senhor Primeiro-Secretário nos autos do Processo RG n. 1.096/2019, RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar a redação do inciso IV e suprimir suas alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, bem como acrescentar o inciso V ao artigo 153-F do Ato n. 30/2010, da Mesa, na seguinte conformidade:

“Artigo 153-F

[...]

IV - o débito apurado decorrer de interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, caso em que se presume a boa-fé do servidor, salvo se houver elementos nos autos que demonstrem o contrário; (NR)

V - o débito apurado decorrer de erro administrativo (operacional ou de cálculo), desde que comprovada, diante do caso concreto, a boa-fé objetiva do servidor, sobretudo com demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamento indevido. (NR)”

Artigo 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

DECISÕES DA MESA

DE 16/02/2023

PROCESSO Nº 8343/2017

Interessado(a): Administração

Assunto: Termo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre este Poder e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica para o funcionamento de posto de atendimento da Defensoria Pública nas dependências do Palácio 09 de Julho.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista do que consta do Processo RG nº 8343/2017, com fundamento Lei federal nº 8.666/1993; considerando a solicitação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, datado de 10/10/2022 (fls. 110/111), acerca da viabilidade de celebrar Acordo de Cooperação Técnica para o funcionamento de posto de atendimento da Defensoria Pública nas dependências do Palácio 09 de Julho, anexando o respectivo Plano de Trabalho (fls. 113/116); encaminhamento do Senhor Secretário Geral de Administração através do Despacho SGA (fls. 112), datado de 20/10/2022, que acolhe; à vista da